



Relatório

Visitas e reuniões com o
Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB

**MESA DE DIÁLOGO E NEGOCIAÇÃO PERMANENTE COM OCUPAÇÕES
URBANAS E RURAIS E OUTROS GRUPOS ENVOLVIDOS EM CONFLITOS
SOCIOAMBIENTAIS E FUNDIÁRIOS**

Belo Horizonte, setembro de 2017

SUMÁRIO

1	BARRAGEM DE BERIZAL (MUNICÍPIO DE INDAIABIRA)	5
1.1	DADOS GERAIS.....	5
1.2	ENTENDA O CONFLITO.....	5
1.3	REIVINDICAÇÕES APRESENTADAS NA REUNIÃO	6
1.4	INFORMAÇÕES DA REUNIÃO	10
1.5	DESDOBRAMENTOS DECORRENTES DA REUNIÃO	11
1.6	ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO	11
1.7	AÇÕES EM ANDAMENTO.....	12
2	BARRAGEM DA FUMAÇA (MUNICÍPIO DE DIOGO DE VASCONCELOS)	13
2.1	DADOS GERAIS.....	13
2.2	ENTENDA O CONFLITO.....	13
2.3	REIVINDICAÇÕES APRESENTADAS NA REUNIÃO	14
2.4	INFORMAÇÕES DA VISITA E DA REUNIÃO	16
2.5	ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO	20
2.6	AÇÕES EM ANDAMENTO.....	20
2.7	OBSERVAÇÕES IMPORTANTES.....	20
3	BARRAGENS DE EMBOQUE E GRANADA (MUNICÍPIOS DE RAUL SOARES E ABRE CAMPO)	21
3.1	DADOS GERAIS.....	21
3.2	ENTENDA O CONFLITO.....	21
3.3	REIVINDICAÇÕES APRESENTADAS NA REUNIÃO	22
3.4	INFORMAÇÕES DA VISITA E DA REUNIÃO	24
3.5	DESDOBRAMENTOS DECORRENTES DA REUNIÃO	27
3.6	ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO	27
3.7	AÇÕES EM ANDAMENTO.....	27
4	USINA DE IRAPÉ (MUNICÍPIO DE GRÃO MOGOL)	28
4.1	DADOS GERAIS.....	28
4.2	ENTENDA O CONFLITO.....	28
4.3	REIVINDICAÇÕES APRESENTADAS NA REUNIÃO	29
4.4	INFORMAÇÕES DA REUNIÃO	31
4.5	DESDOBRAMENTOS DECORRENTES DA REUNIÃO	33
4.6	ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO	33
4.7	AÇÕES EM ANDAMENTO.....	33
5	BARRAGEM SETÚBAL (MUNICÍPIOS DE JENIPAPO DE MINAS/CHAPADA DO NORTE)	34
5.1	DADOS GERAIS.....	34
5.2	ENTENDA O CONFLITO.....	34
5.3	PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES APRESENTADAS NA REUNIÃO	35
5.4	INFORMAÇÕES DA VISITA E DA REUNIÃO	38
5.5	DESDOBRAMENTOS DECORRENTES DA REUNIÃO	49
5.6	ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO	49
5.7	AÇÕES EM ANDAMENTO.....	49

6	UHE ITAPEBI (MUNICÍPIO DE SALTO DA DIVISA)	50
6.1	DADOS GERAIS	50
6.2	ENTENDA O CONFLITO.....	50
6.3	PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES.....	51
6.1	INFORMAÇÕES DA VISITA E DA REUNIÃO	53
6.2	HISTÓRICO	58
6.3	DESDOBRAMENTOS DECORRENTES DA REUNIÃO	60
6.4	ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO	60
6.5	AÇÕES EM ANDAMENTO.....	60
7	VALE DAS CANCELAS (MUNICÍPIO DE GRÃO MOGOL)	61
7.1	DADOS GERAIS	61
7.2	ENTENDA O CONFLITO.....	61
7.3	PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES.....	62
7.4	HISTÓRICO	63
7.5	DESDOBRAMENTOS DECORRENTES DA REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO	68
7.6	OBSERVAÇÕES IMPORTANTES.....	68
8	BARRAGEM DE AIMORÉS (MUNICÍPIOS DE RESPLENDOR, ITUETA E AIMORÉS)	70
8.1	DADOS GERAIS.....	70
8.2	ENTENDA O CONFLITO.....	70
8.3	PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES APRESENTADAS NA REUNIÃO	71
8.4	INFORMAÇÕES DA VISITA E DA REUNIÃO	73
8.5	DESDOBRAMENTOS DECORRENTES DA REUNIÃO	79
8.6	ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO	79
8.7	AÇÕES EM ANDAMENTO.....	79
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
10	REFERÊNCIAS	81

1 BARRAGEM DE BERIZAL (MUNICÍPIO DE INDAIABIRA)

1.1 Dados Gerais

Nome do empreendimento: Barragem de Berizal

Localização: Indaiabira

Data do empreendimento: início da construção em 1997

Municípios envolvidos: Berizal, Ninheira, São João do Paraíso, Indaiabira e Taiobeiras

Empresa responsável: DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

Rio: Rio Pardo

Nº de atingidos: não quantificado (há necessidade de elaboração do cadastro)

1.2 Entenda o conflito

Em 1997, a União começou a executar a obra sem as licenças prévia e de instalação, mas dois anos depois os trabalhos foram interrompidos por falta de verba. A construção da Barragem de Berizal foi paralisada por determinação do Ministério Público, em atendimento à solicitação de embargo por parte da FEAM (Fundação Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais), que considerou insuficientes os estudos ambientais elaborados pelo DNOCS.

O raio-x do projeto da Barragem de Berizal previa a desapropriação de 421 famílias. O reservatório tem uma extensão de 42 km² com capacidade para 300 milhões de m³ de água.

1.3 Reivindicações apresentadas na reunião

REIVINDICAÇÕES	ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES
Elaboração de projeto de recuperação do Rio Pardo	SEAPA	A secretaria possui uma ação orçamentária, dentro do Programa 3 A- Alimento, Água e Ambiente, denominada “Manejo Integrado de Sub Bacias Hidrográficas” com a finalidade de aumentar a quantidade e qualidade de água e a conservação do solo, por meio de infraestruturas com foco nas bacias hidrográficas do Estado de Minas Gerais, revitalizando as sub-bacias e permitindo o abastecimento e uso racional desses recursos (água e solo) pelos agricultores e usuários da região, com a difusão tecnológica da prática de agricultura mais sustentável. A ação, em execução, é oriunda de um convênio com a CODEVASF com plano de trabalho focado nas subbacias do Rio São Francisco. Nesse sentido, caso alocado recurso, a secretaria está apta a executar projeto semelhante para a recuperação do Rio Pardo.
Implementar coleta de lixo na comunidade de Lagoa da Pedra, uma vez que é descartado de forma inadequada, causando doenças e agravamento da crise de água		
Perfuração de poços artesianos suficientes para abastecer aproximadamente 200 famílias na comunidade de Lagoa da Pedra	SEMAD	Demanda já encaminhada para posicionamento do IGAM (cabe destacar que a Resolução Conjunta SEMAD/IGAM nº 1.913/2013 já prevê, para núcleo populacional rural – com população inferior ou igual a 600 habitantes – a dispensa de outorga de direito de uso de recursos hídricos e sujeito apenas ao cadastramento no órgão ambiental).
Disponibilização de água para os agricultores usarem na irrigação das pequenas lavouras nos mesmos moldes que os grandes agricultores	SEMAD	Demanda já encaminhada para posicionamento do IGAM (cabe destacar que a Resolução Conjunta SEMAD/IGAM nº 1.913/2013 já prevê, para núcleo populacional rural – com população inferior ou igual a 600 habitantes – a dispensa de outorga de direito de uso de recursos hídricos e sujeito apenas ao cadastramento no órgão ambiental).
Disponibilização de água potável para a comunidade Lagoa da Pedra (depende da concessão da prefeitura)		
Fornecimento gratuito de ligação de energia elétrica para seis famílias em Lagoa da Pedra, pois o preço cobrado é de R\$ 12 mil, segundo os moradores, que não tem condições de arcar com os custos		

REIVINDICAÇÕES	ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES
Perfuração de 5 poços artesianos já previstos no programa Água para Todos	SEMAD	Demanda já encaminhada para posicionamento do IGAM (cabe destacar que a Resolução Conjunta SEMAD/IGAM nº 1.913/2013 já prevê, para núcleo populacional rural – com população inferior ou igual a 600 habitantes – a dispensa de outorga de direito de uso de recursos hídricos e sujeito apenas ao cadastramento no órgão ambiental).
Equipar com encanamento o poço artesiano perfurado em Curral Velho, por meio do programa Água para Todos		
Definição de qual município a comunidade Areia pertence (Indaiabira ou Rio Pardo), pois a falta de demarcação implica em dificuldades na regularização da terra		
Contratação de agente de saúde para atender a comunidade		
Disponibilizar transporte escolar de qualidade para os alunos residentes na Fazenda Tapera e substituir as porteiras por mata-burros, pois atualmente as crianças têm que descer do ônibus para abri-las ao longo do trecho, inclusive no período chuvoso. O transporte escolar apresenta defeitos frequentes		
Disponibilização de caminhões-pipa suficientes para abastecer 100 famílias que não têm acesso a outro meio de receber água potável na Fazenda Tapera e Muzelo		
Ações para preservação da mina e da gruta (tradição religiosa) que ficam ao lado do local demarcado pela Copasa para construção de uma barragem na comunidade Lagoa da Pedra	SEMAD	Será verificada, para aplicação das medidas cabíveis no âmbito da regularização ambiental, a situação do barramento da Copasa.
Fornecimento gratuito da ligação de energia elétrica para cerca de 60 famílias na comunidade Areia		
Reavaliação dos valores exorbitantes das contas de energia elétrica das famílias com o mínimo de eletrodomésticos na residência		

REIVINDICAÇÕES	ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES
Restauração das nascentes do rio na comunidade Muzelo	SEAPA	A ação orçamentária, dentro do Programa 3 A- Alimento, Água e Ambiente, denominada “ Manejo Integrado de Sub Bacias Hidrográficas” prevê, dentre outras pequenas intervenções, o cercamento de nascentes, o que poderia atender também a demanda de “restauração das nascentes”.
	SEMAD	O IEF pode apoiar as comunidades dentro de seus programas de fomento de recuperação. As ações voltadas ao CAR – Cadastro Ambiental Rural e ao PRA – Programa de Recuperação Ambiental também podem ser priorizadas, aumentando a escala de recuperação.
Construção de cerca para impedir o acesso dos animais à mina na comunidade Muzelo	SEAPA	A ação orçamentária, dentro do Programa 3 A- Alimento, Água e Ambiente, denominada “ Manejo Integrado de Sub Bacias Hidrográficas” prevê, dentre outras pequenas intervenções, o cercamento de nascentes, o que poderia atender também a demanda de “restauração das nascentes”.
Passarela mais segura para passagem de Indaiabira para Taiobeiras, já que a atual oferece risco à população devido a sua precariedade		
Regularização da taxa de iluminação pública cobrada pela Cemig		
Diminuição dos níveis de agrotóxicos no Rio Salinas liberados pelas empresas Rio Dourado e Natalício	SEAPA	A Seapa se compromete a oficializar o Instituto Mineiro de Agropecuária-IMA para intensificar as ações de fiscalização de uso de agrotóxicos na região, inclusive nas empresas mencionadas.
Oferecer segurança nos eventos da região, já que na comunidade são realizados vários eventos onde são enviados ofícios para a Polícia Militar, sem retorno		
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES		
ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES	
Casa Civil	Apoio ao relacionamento institucional em âmbito nacional e internacional.	
	Atuação em encaminhamento de demandas que envolvam empresas estatais e autarquias, tais como COPASA e CEMIG.	
	Possibilidade de interface da Assessoria de Relações Internacionais – ARI, na tentativa de captação de recurso junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.	
	Busca de suporte teórico em entidades internacionais que tratem de assuntos relacionados.	

	Encaminhamento para incluir na pauta do Projeto Minas em Diálogo, o qual é uma realização do Núcleo Multifacetário do Estado de Minas (NUMEM), parceria entre a Secretaria de Estado de Casa Civil e de Relações Institucionais (SECCRI) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
SEMAD	No que tange às questões de regularização ambiental, as reivindicações serão encaminhadas para avaliação da pertinência da SUPRAM Norte de Minas.
	A Subsecretaria de regularização Ambiental se compromete a fazer um detalhamento pormenorizado do status dos licenciamentos das barragens citadas neste relatório, no que for de competência Estadual.
	A SUFIS – Subsecretaria de Fiscalização Ambiental, realizou ação de fiscalização no ano de 2014, com foco em recursos hídricos. Na operação foram fiscalizados 40 pontos de intervenção em recursos hídricos. Neste sentido, haverá um acompanhamento das condicionantes das licenças das barragens já concedidas, pelos Núcleos de Controle Ambiental das respectivas SUPRAMs.
	A partir de um projeto maior, o IEF, o IGAM, a academia, o Comitê de Bacias e os demais órgãos envolvidos na recuperação, o IEF poderá atuar no fomento de recuperação das áreas identificadas como críticas para o processo de recuperação do Rio Pardo e Rio Jequitinhonha. Ações ligadas ao Cadastro Ambiental Rural – CAR e ao Programa de Recuperação Ambiental – PRA das propriedades delimitadas pela bacia do Rio Pardo e Jequitinhonha, também poderão ser prioritárias nas ações desenvolvidas pelo IEF.
	IGAM – Planos Diretores de recursos hídricos Programa de Investimentos do Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia dos Afluentes Mineiros do Rio Pardo – PA1 – Ação programática F: Desenvolvimento da agricultura irrigada empresarial

1.4 Informações da reunião

A Mesa de Diálogo se reuniu com os moradores da região, no município de Indaiabira, no dia 25/04/2017, no período da manhã, acompanhada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB. A reunião foi realizada no Salão Comunitário de Lagoa da Pedra (zona rural de Indaiabira). Estavam presentes no evento aproximadamente 82 pessoas. O MAB solicitou a agenda com o objetivo de disponibilizar o acesso à água para consumo humano e produção para os agricultores familiares e comunidades tradicionais.



REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO NO MUNICÍPIO DE LAGOA DA PEDRA



REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO NO MUNICÍPIO DE LAGOA DA PEDRA

1.5 Desdobramentos decorrentes da reunião

- A Mesa de Diálogo oficiará a Copasa para que seja feita reunião com a comunidade de Lagoa da Pedra na segunda semana de maio.
- Fica agendada reunião da Prefeitura de Indaiabira com comissão do MAB para discutir pauta apresentada em março. Pré-agendada para o dia 03 de maio.
- Passar para o MAB informações sobre a disponibilização do material para os poços artesianos que está sendo tratada pelo Idene.
- A Cemig se compromete a tratar as questões particulares referentes aos altos valores da conta de energia elétrica.

1.6 Encaminhamentos da reunião

- Reunir com o Movimento dos Atingidos por Barragens para discutir os desdobramentos das reuniões, com base no relatório produzido pela Mesa de Diálogo
- Instalar a “Câmara Setorial MAB” para desenvolver um plano de ação para os conflitos.

1.7 Ações em andamento

- A Mesa de Diálogo enviou ofício à Copasa no dia 27/04/17 solicitando agendamento de reunião com a comunidade Lagoa da Pedra/Indaiabira, conforme acordado em reunião.
- A Prefeitura de Indaiabira se reuniu com a comissão do MAB para discutir pauta apresentada em março, no dia 03 de maio.

2 BARRAGEM DA FUMAÇA (MUNICÍPIO DE DIOGO DE VASCONCELOS)

2.1 Dados Gerais

Nome do empreendimento: PCH Fumaça

Localização: Mariana/Diogo de Vasconcelos

Data do empreendimento: início da operação em 2003

Municípios do entorno: Mariana/Diogo de Vasconcelos

Empresa responsável: Maynart Energética LTDA/CEI – Companhia Energética Integrada

Rio: Gualaxo do Sul – Bacia do Rio Doce

Nº de atingidos: não quantificado (há necessidade de elaboração do cadastro)

2.2 Entenda o conflito

A PCH Fumaça foi construída pela Alcan Alumínios do Brasil entre os municípios de Diogo de Vasconcelos (30%) e Mariana (70%). Depois, a propriedade passou para o controle da Novelis e, atualmente, está com a Maynart Energética LTDA/Companhia Energética Integrada – CEI. A hidrelétrica começou a funcionar em abril de 2003 com potência de 10,0 MW. O reservatório atingiu 211 hectares de terra.

Segundo os moradores, não há possibilidade de produzir o artesanato na região, pois não possuem matéria-prima, a pedra-sabão, que ficou submersa com o alagamento da represa. Contestam, ainda, que a empresa ofereceu diversos cursos, mas não viabilizou as formas de colocar em prática os ensinamentos, assim como não apresentou projeto para inserção dos artesãos no mercado de trabalho.

2.3 Reivindicações apresentadas na reunião

REIVINDICAÇÕES	ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES
Sinalização e proteção ao redor do lago da PCH Fumaça para evitar acidentes e mortes humanas e de animais que são recorrentes		
Recapeamento das ruas estragadas pelas máquinas durante a construção da barragem		
Regularização da titulação de terras para viabilizar participação em programas e projetos sociais e formalizar o Contrato de Comodato já assinado pelos atingidos até que a situação seja resolvida.		
Oferecer terra agricultável aos reassentados, pois não há espaço suficiente para plantação nos quintais das casas construídas		
Reavaliação dos valores das indenizações. Há famílias que receberam apenas R\$ 238,00 de reparação		
Construção de área de lazer para a comunidade Emboque, pois a quadra construída em Diogo de Vasconcelos não atende a comunidade		
Reconhecimento da condição de atingido e reparação a essas famílias não reconhecidas (Reassentamento de famílias)		
Ações para implantação de área de preservação às margens da PCH Fumaça		
Resolver as depressões que estão em evidência no rio seco, onde caem animais frequentemente		
Possibilidade de retirar areia do rio, uma vez que a proibição foi feita pela polícia ambiental		
Atenção à saúde (o posto de saúde na comunidade Emboque está em construção)		
Projetos de geração de emprego e renda para os atingidos pela PCH Fumaça		

REIVINDICAÇÕES	ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES
Reativação da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE de Miguel Rodrigues	SEMAD	Considerando o tempo de instalação da ETE, o primeiro passo é identificar se elas foram assumidas pelo Poder Público Municipal, por concessionárias ou se ela pertence a barragem mencionada. Está sendo realizado levantamento para identificar os responsáveis para que as medidas cabíveis sejam tomadas, inclusive sanções administrativas previstas na legislação.
Construção de um cemitério na região, pois o que existia foi submerso pelas águas da represa		
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES		
ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES	
SEMAD	<p>No que tange às questões de regularização ambiental, as reivindicações serão encaminhadas para avaliação da pertinência da respectiva SUPRAM Central Metropolitana.</p> <p>A Subsecretaria de regularização Ambiental se compromete a fazer um detalhamento pormenorizado do status dos licenciamentos das barragens citadas neste relatório, no que for de competência Estadual.</p> <p>A SUFIS – Subsecretaria de Fiscalização Ambiental fará um levantamento das principais demandas ambientais no entorno dos barramentos para que sejam planejadas ações de fiscalização. Neste sentido, haverá um acompanhamento das condicionantes das licenças das barragens já concedidas, pelos Núcleos de Controle Ambiental das respectivas SUPRAMs.</p> <p>IGAM – Planos Diretores de Recursos Hídricos. Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – UPGRH DO1. Plano de ações: inventário de locais de barramentos de contenção ou laminação concluído. Análise de viabilidade de obras de contenção ou laminação concluída. Ação importante: Projeto Restrição de uso das áreas de entorno de aproveitamento hidrelétrico.</p>	

2.4 Informações da visita e da reunião

A Mesa de Diálogo visitou o município de Diogo de Vasconcelos, no dia 09/05/2017, no período da manhã, acompanhada pelos representantes do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB. À tarde, a reunião foi realizada na Escola Municipal Nossa Senhora de Lourdes na comunidade do Emboque (zona rural de Diogo de Vasconcelos). Estavam presentes no evento aproximadamente 53 pessoas. O MAB solicitou a agenda com as seguintes pautas: reconhecimento das famílias atingidas pela barragem e que não são consideradas pela empresa por não serem proprietárias de terras no polígono do lago, acesso à terra agricultável para as famílias, projeto de piscicultura em tanque escavado, qualidade e segurança das estradas, regularização de documentação dos reassentamentos e das casas isoladas feitas pela empresa, saneamento em torno do lago da barragem, especialmente manutenção da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) de Miguel Rodrigues, compra das terras no entorno do lago para garantir a faixa exigida pelo Código Florestal e investimento em segurança nas margens.

Na comunidade de Barro Branco foi realizada uma visita à casa do Senhor Toninho, artesão. O morador atingido informou que não está produzindo, pois não possui matéria-prima (pedra-sabão), que ficou submersa com o alagamento da represa. Na comunidade do Emboque, a visita foi na casa de Senhora Teresinha. A moradora conta que era meeira, mas que a fazenda em que trabalhava se tornou reassentamento. Segundo a atingida, eram duas fazendas que geravam renda para a região. Segundo ela, não há documentos das terras em que ela mora com a família.



MORADOR ARTESÃO EM PEDRA-SABÃO PREJUDICADO PELO ALAGAMENTO DA MATÉRIA-PRIMA



ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO – ETE INOPERANTE



MORADORA REASSENTADA QUE DIVIDE UMA ÁREA COM APROXIMADAMENTE OITO FAMÍLIAS. NÃO HÁ ESPAÇO PARA FAZER PLANTIOS



MORADORA REASSENTADA QUE RECEBEU R\$ 238,00 DE INDENIZAÇÃO



PCH FUMAÇA



REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO NO DIA 09/05/2017



REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO NO DIA 09/05/2017

2.5 Encaminhamentos da reunião

- Reunir com o Movimento dos Atingidos por Barragens para discutir os desdobramentos das reuniões, com base no relatório produzido pela Mesa de Diálogo
- Instalar a “Câmara Setorial MAB” para desenvolver um plano de ação para os conflitos.

2.6 Ações em andamento

Até o momento não há ações em andamento.

2.7 Observações importantes

- A Coordenadora da Mesa de Diálogo solicitou a inclusão do Sebrae na Câmara Setorial MAB
- A empresa CEI – Companhia Energética Integrada, solicitou que os próximos convites para as reuniões sejam enviados à Maynart Energética LTDA.

3 BARRAGENS DE EMBOQUE E GRANADA (MUNICÍPIOS DE RAUL SOARES e ABRE CAMPO)

3.1 Dados Gerais

Nome do empreendimento: Barragem de Emboque (João Camilo Pena)

Localização: Raul Soares/Abre Campo

Data do empreendimento: início da operação em 1998

Municípios do entorno: Raul Soares/Abre Campo

Empresa responsável: Brookfield

Rio: Matipó (afluente do Rio Doce)

Nº de atingidos: não quantificado (há necessidade de elaboração do cadastro)

Nome do empreendimento: Barragem de Granada (Túlio Cordeiro de Melo)

Localização: Abre Campo

Data do empreendimento: início da operação em 2003

Municípios do entorno: Abre Campo

Empresa responsável: Brookfield

Rio: Matipó (afluente do Rio Doce)

Nº de atingidos: não quantificado (há necessidade de elaboração do cadastro)

3.2 Entenda o conflito

As hidrelétricas foram construídas pela empresa Cataguases – Leopoldina Força e Luz. Depois foram compradas pela Energisa, depois pela Brascan e hoje pertencem a Brookfield, uma empresa canadense. De 2012 a 2014 foi feito um diagnóstico participativo executado pela associação local dos atingidos que contratou uma equipe de profissionais ligados a Universidade Federal de Viçosa.

Foram entrevistadas pela equipe 149 famílias. 101 famílias foram procuradas, mas não foram encontradas para a realização das entrevistas ou não quiseram ser entrevistadas.

3.3 Reivindicações apresentadas na reunião

REIVINDICAÇÕES	ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES
Reconhecimento da condição de atingido e reparação a essas famílias		
Ampliação de terreno das famílias reassentadas para criação de hortas		
Reativação da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE de Bicuíba e Granada. Muitas vezes o esgoto da referida estação volta para dentro das casas e da escola	SEMAD	Considerando o tempo de instalação da ETE, o primeiro passo é identificar se elas foram assumidas pelo Poder Público Municipal, por concessionárias ou se ela pertence a barragem mencionada. Está sendo realizado levantamento para identificar os responsáveis para que as medidas cabíveis sejam tomadas, inclusive sanções administrativas previstas na legislação.
Construção de centro comunitário para uso em reuniões e eventos da comunidade de Bicuíba		
Reforma da área de lazer para a comunidade Granada, pois a existente está sendo usada como pontos para usuários de drogas		
Reforma das casas dos reassentados que apresentaram rachaduras		
Reavaliação dos valores das indenizações. Os valores pagos foram insuficientes e inadequados, tendo em vista a falta de isonomia dos critérios adotados		
Reestruturação das estradas de terra e pavimentação de ruas que dificultam o acesso ao município de Raul Soares e comunidades vizinhas		
Regularização da titulação de terras para viabilizar participação em programas e projetos sociais		
Ações de melhoria na qualidade da saúde ofertada às comunidades		
Resguardar o direito das famílias que não foram encontradas para responder ao questionário que gerou o diagnóstico		
Reconhecimento do diagnóstico pela empresa Brookfield, para dar seguimento às tratativas		

REIVINDICAÇÕES	ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES
Ações para recuperação e preservação das margens, nascentes, áreas permanentes e reflorestamento		
Cessar o pagamento de impostos territoriais, que vem sendo pagos pelos atingidos, mesmo com seus terrenos alagados pela barragem		
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES		
ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES	
SEMAD	No que tange às questões de regularização ambiental, as reivindicações serão encaminhadas para avaliação da pertinência da SUPRAM Zona da Mata.	
	A Subsecretaria de regularização Ambiental se compromete a fazer um detalhamento pormenorizado do status dos licenciamentos das barragens citadas neste relatório, no que for de competência Estadual.	
	A SUFIS – Subsecretaria de Fiscalização Ambiental fará um levantamento das principais demandas ambientais no entorno dos barramentos para que sejam planejadas ações de fiscalização. Neste sentido, haverá um acompanhamento das condicionantes das licenças das barragens já concedidas, pelos Núcleos de Controle Ambiental das respectivas SUPRAMs.	
	IGAM – Planos Diretores de Recursos Hídricos Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Doce – UPGRH DO1. Plano de ações: inventário de locais de barramentos de contenção ou laminação concluído. Análise de viabilidade de obras de contenção ou laminação concluída. Ação importante: projeto restrição de uso das áreas de entorno de aproveitamento hidrelétrico.	

3.4 Informações da visita e da reunião

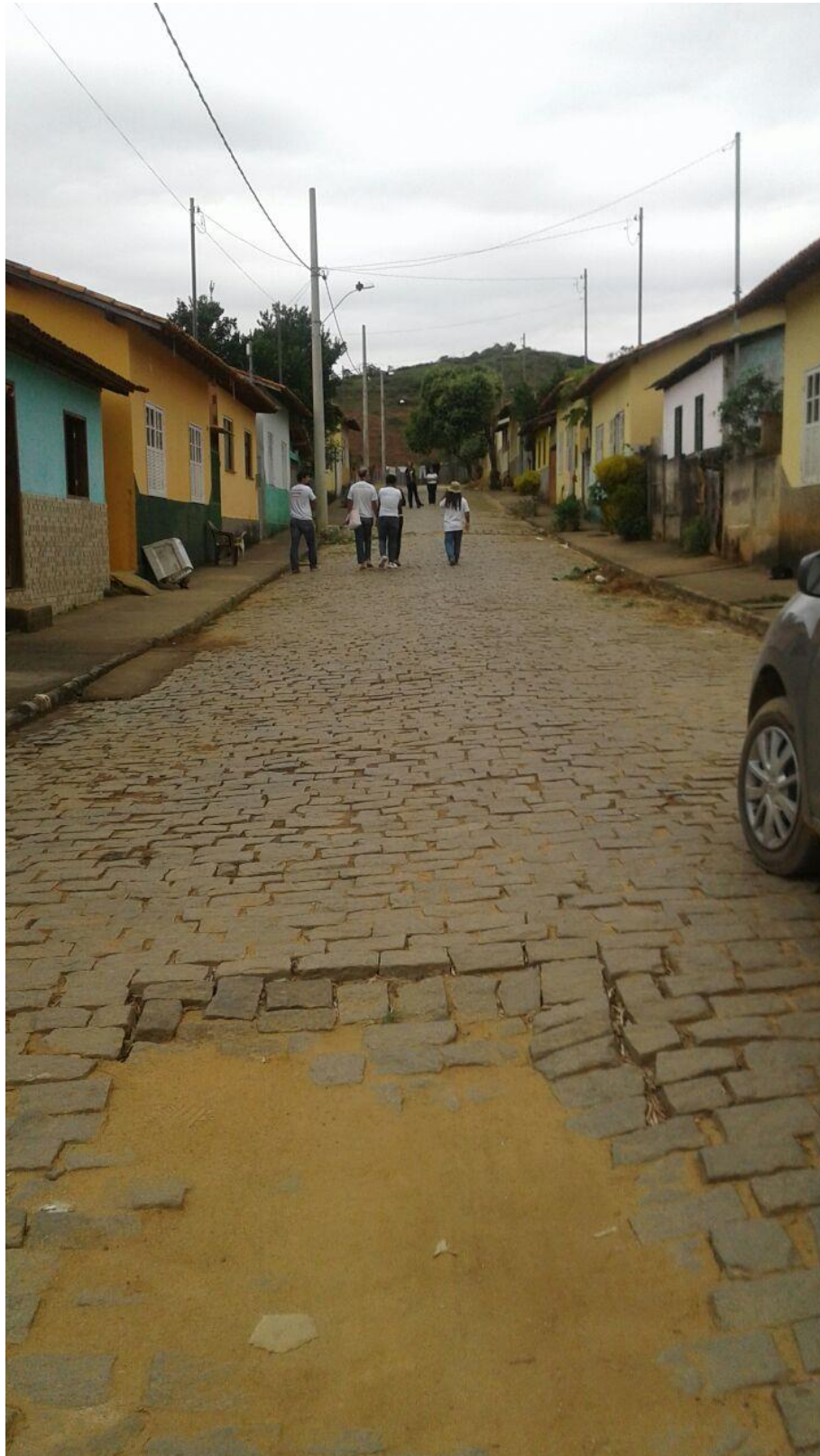
A Mesa de Diálogo visitou o município Raul Soares, no dia 16/05/2017, no período da manhã, acompanhada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB. À tarde, a reunião foi realizada no Clube de Lazer Bicuibense, na rua Aníbal de Oliveira Mais, S/N, comunidade de Bicuíba (zona rural de Raul Soares). Estavam presentes no evento aproximadamente 102 pessoas. O MAB solicitou a agenda com o objetivo de reivindicar a quantificação e mediação de ações necessárias à solução dos passivos.



RIO POLUÍDO, MARGENS SUJAS - RIO MATIPÓ



ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO – ETE



ASSENTAMENTO QUE NÃO POSSUI ESPAÇO PARA FAZER PLANTIO EM GRANADA



ÁREA DE LAZER USADA POR USUÁRIOS DE DROGAS - EM GRANADA



REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO NO DIA 16/05/2017

3.5 Desdobramentos decorrentes da reunião

- Reunião da Mesa de Diálogo, Ministério Público, a Brookfield, o cartório do município e o MAB para ver a questão do diagnóstico, em junho.
- Realizar as tratativas necessárias para levar o assunto para Belo Horizonte
- Centralizar as discussões na Mesa de Diálogo. No momento, o conflito é tratado em vários lugares, o que dificulta a ação da empresa

3.6 Encaminhamentos da reunião

- Reunir com o Movimento dos Atingidos por Barragens para discutir os desdobramentos das reuniões, com base no relatório produzido pela Mesa de Diálogo
- Instalar a “Câmara Setorial MAB” para desenvolver um plano de ação para os conflitos.

3.7 Ações em andamento

Até o momento não há ações em andamento.

4 USINA DE IRAPÉ (MUNICÍPIO DE GRÃO MOGOL)

4.1 Dados Gerais

Nome do empreendimento: Hidrelétrica Presidente Juscelino Kubitscheck

Localização: município de Grão Mogol

Data do empreendimento: início da operação em 2006

Municípios do entorno: Grão Mogol, Cristália, Botumirim, José Gonçalves de Minas, Berilo, Leme do Prado e Turmalina

Empresa responsável: Cemig

Rio: Rio Jequitinhonha

Nº de atingidos: aproximadamente 5.000 pessoas de 151 comunidades, num total de 1.151 famílias¹

4.2 Entenda o conflito

A construção da usina de Irapé foi iniciada em 2002 e concluída em junho de 2006, pela Cemig. A UHE tem potência instalada de 399MW, extensão de 500m, uma área alagada de 137,16 km², é a barragem mais alta do Brasil e a segunda maior da América Latina, com 208 metros. A energia elétrica gerada não foi e não é destinada necessariamente ao Vale do Jequitinhonha.

Com base nos estudos feitos pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambiental – GESTA, em 2013, algumas violações ambientais e sociais ficaram em evidência, tais como: má qualidade da água (danos irreversíveis), ambiente propício para proliferação de insetos, serpentes e limitação no acesso ao rio (crescimento da vegetação), diminuição da atividade produtiva (perda de terras férteis), diminuição ou eliminação na criação de animais.

¹ Informações passadas pelo Movimento dos Atingidos por Barragens

4.3 Reivindicações apresentadas na reunião

REIVINDICAÇÕES	ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES
Projeto de descontaminação da água do Rio Jequitinhonha (análise da qualidade da água que atinge a qualidade dos peixes)		
Reconhecimento da condição de atingido e reparação a essas famílias não reconhecidas		
Melhoria das condições de trabalho dos pescadores que foram atingidos com a extinção de peixes como o camarão. A espécie colocada no rio, a pirambeba, é uma espécie de piranha que come outros peixes		
Regularizar a situação da bomba e do encanamento que quebram frequentemente		
Projeto para tratar a acidez do solo que será usado para plantio (necessidade de calcário), assim como disponibilização de água para irrigação de pequenas plantações		
Projetos sociais para que se possa explorar mais o Lago de Irapé		
Ampliação da escola, visando melhor acomodação dos alunos		
Reavaliação dos valores exorbitantes das contas de energia elétrica das famílias com o mínimo de eletrodomésticos na residência		
Ações para preservação e proteção no entorno das nascentes	SEMAD	O IEF pode apoiar as comunidades dentro de seus programas de fomento de recuperação. As ações voltadas ao CAR – Cadastro Ambiental Rural e ao PRA – Programa de Recuperação Ambiental também podem ser priorizadas, aumentando a escala de recuperação.
Regularização da titulação de terras para viabilizar participação em programas e projetos sociais	CEMIG	A partir do levantamento feito pela empresa, foi possível constatar que aproximadamente 825 famílias deveriam receber o documento, 700 já têm a situação regularizada, e 125 títulos estão pendentes de regularização, pois precisam de ajuda até mesmo da população para finalizar o processo.

OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	
ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES
SEMAD	No que tange às questões de regularização ambiental, as reivindicações serão encaminhadas para avaliação da pertinência da SUPRAM Norte de Minas.
	A Subsecretaria de regularização Ambiental se compromete a fazer um detalhamento pormenorizado do status dos licenciamentos das barragens citadas neste relatório, no que for de competência Estadual.
	A SUFIS – Subsecretaria de Fiscalização Ambiental fará um levantamento das principais demandas ambientais no entorno dos barramentos para que sejam planejadas ações de fiscalização. Neste sentido, haverá um acompanhamento das condicionantes das licenças das barragens já concedidas, pelos Núcleos de Controle Ambiental das respectivas SUPRAMs.
	A partir de um projeto maior, o IEF, o IGAM, a academia, o Comitê de Bacias e os demais órgãos envolvidos na recuperação, o IEF poderá atuar no fomento de recuperação das áreas identificadas como críticas para o processo de recuperação do Rio Pardo e Rio Jequitinhonha. Ações ligadas ao Cadastro Ambiental Rural – CAR e ao Programa de Recuperação Ambiental – PRA das propriedades delimitadas pela bacia do Rio Pardo e Jequitinhonha, também poderão ser prioritárias nas ações desenvolvidas pelo IEF.
	IGAM – Planos Diretores de Recursos Hídricos. Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Alto Jequitinhonha – JQ1 Nos cenários futuros são previstos investimentos importantes em infraestrutura hídrica na bacia do alto Jequitinhonha, além da Barragem de Irapé, um deles é a implantação da Barragem Vice-Presidente José Alencar, no Ribeirão Congonhas (que localizará entre os municípios de Grão Mogol e Itacambira), a partir da qual está prevista uma transposição de 2,18 m ³ /s, para abastecimento humano na Bacia do Rio verde Grande, onde serão beneficiadas a população dos municípios de Montes Claros, Juramento, Francisco Sá, Janaúba, Capitão Enéas, entre outros da região.

4.4 Informações da reunião

A Mesa de Diálogo realizou reunião no dia 30/05/2017, no Centro Diocesano, Rua Goiás, 339, Alto Santuário, na cidade de Araçuaí-MG com os atingidos pela barragem. Estavam presentes na reunião aproximadamente 70 pessoas. O MAB solicitou a agenda com o objetivo de reivindicar a quantificação e mediação de ações necessárias à solução dos passivos.



REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO EM ARAÇUAÍ NO DIA 30/05/2017



REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO EM ARAÇUAÍ NO DIA 30/05/2017



REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO EM ARAÇUAÍ NO DIA 30/05/2017



REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO EM ARAÇUAÍ NO DIA 30/05/2017

4.5 Desdobramentos decorrentes da reunião

- Realizar novas agendas com os atingidos no segundo semestre de 2017 (agosto/setembro).

4.6 Encaminhamentos da reunião

- Reunir com o Movimento dos Atingidos por Barragens para discutir os desdobramentos das reuniões, com base no relatório produzido pela Mesa de Diálogo
- Instalar a “Câmara Setorial MAB” para desenvolver um plano de ação para os conflitos.

4.7 Ações em andamento

Até o momento não há ações em andamento.

5 BARRAGEM SETÚBAL (MUNICÍPIOS DE JENIPAPO DE MINAS/CHAPADA DO NORTE)

5.1 Dados Gerais

Nome do empreendimento: Barragem de Setúbal

Localização: Jenipapo de Minas – Vale do Jequitinhonha

Data do empreendimento: início da operação em 2010

Municípios envolvidos: Jenipapo de Minas e Chapada do Norte

Empresa responsável: Ruralminas

Rio: Rio Setúbal

Nº de atingidos: não quantificado (há necessidade de elaboração do cadastro)

5.2 Entenda o conflito

O projeto da Barragem de Setúbal teve início em 1989, pelo governo do Estado, por meio da Cemig, para geração de energia elétrica. Em julho de 2006, com a liberação da Licença de Instalação, a Ruralminas começou a executar as obras de finalização, com o assentamento das famílias e a redefinição de uso da barragem.

A Barragem de Setúbal foi inaugurada no dia 19 de janeiro de 2010 e foi construída com o objetivo de regularizar a vazão de cursos d'água na região e garantir o abastecimento humano e a execução de projetos de desenvolvimento propostos para a região. O projeto previa atender cerca de 30 mil pessoas de dois municípios da região – Chapada do Norte e Jenipapo de Minas. O reservatório de 790 hectares permite a acumulação de 130 milhões de m³ de água.

O processo de desapropriação e indenização envolveu 235 famílias. A Ruralminas construiu uma agrovila em cada município.

5.3 Principais reivindicações apresentadas na reunião

REIVINDICAÇÕES	ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES
Projetos de geração de emprego e renda para os atingidos pela Barragem Setúbal, inclusive desenvolvimento de alternativas de trabalho (piscicultura, por exemplo)		
Construção de área de lazer para as comunidades		
Projeto para desenvolvimento de hortas	SEAPA	Programa 062 – Infraestrutura Rural. Ação: Serviço de Engenharia e Motomecanização: ampliar e fortalecer os serviços de infraestrutura rural, pesquisa, assistência técnica, extensão rural e defesa agropecuária. Intervenção estadual através de ações de recuperação de subbacias, de serviços de engenharia e de motomecanização.
Ações para combate à desnutrição na região		
Conserto do caminhão-pipa que se encontra inoperante por falta de pneus	SEDA	A secretaria fornecerá 02 pneus (pendentes de liberação de envio).
	Prefeitura de Chapada do Norte	A prefeitura fornecerá 02 pneus.
Disponibilização de água para matar a sede dos animais	SEAPA	Programa 064 – Barragens de Minas. Ação Regularização, Operação e Manutenção de Barragens: melhorar as condições de vida da população por meio da disponibilização de água para usos múltiplos, tais como abastecimento humano, irrigação, controle de cheias, pesca, aquicultura e perenização dos rios.
	SEMAD	Demanda já encaminhada para posicionamento do IGAM (cabe destacar que a Resolução Conjunta SEMAD/IGAM nº 1.913/2013 já prevê, para núcleo populacional rural – com população inferior ou igual a 600 habitantes – a dispensa de outorga de direito de uso de recursos hídricos e sujeito apenas ao cadastramento no órgão ambiental).

Reativação das Estações de Tratamento de Água – ETAs das Agrovilas I e II, construídas em 2009 (abandonadas, pois tiveram período de funcionamento de 6 meses), e ativação da distribuição de água por meio do encanamento já feito (hidrômetros já instalados)	SEMAD	Considerando o tempo de instalação das ETAs, o primeiro passo é identificar se elas foram assumidas pelo Poder Público Municipal, por concessionárias ou se elas pertencem as barragens mencionadas. Está sendo realizado levantamento para identificar os responsáveis para que as medidas cabíveis sejam tomadas, inclusive sanções administrativas previstas na legislação.
REIVINDICAÇÕES	ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES
Conserto das bombas em tempo hábil. As bombas quebram frequentemente		
Reforma de 7 a 8 pontes que atualmente estão quebradas, sendo necessária intervenção da comunidade para reparação		
Reestruturação das estradas de terra (esburacadas, sem sinalização e com pouco cascalho) que dificulta o acesso às Agrovilas e comunidades vizinhas	SEAPA	Programa 061 – Estradas Vicinais de Minas. Ações: 1 - Conservação de Estradas Vicinais; 2 - Readequação de Estradas Vicinais com Enfoque Ambiental: recuperar, readequar, conservar e preservar as estradas vicinais para melhorar as condições de transportes das pessoas, da produção agrícola, dos insumos e outras mercadorias; melhorar a integração inter-regional. Diminuir os custos do transporte; despertar a consciência ecológica e a noção de responsabilidade da comunidade na manutenção das estradas que lhe servem através da divulgação das práticas conservacionistas e capacitação dos técnicos das administrações municipais e membros da sociedade organizada na tecnologia da conservação das estradas.
Reforma/reconstrução de casas (15) com grandes rachaduras, que trazem riscos aos moradores		
Projeto para tratar o solo que será usado para plantio		
Regularização da titulação de terras para viabilizar participação em programas e projetos sociais		
Disponibilização de água na escola da Agrovila II. A escola funciona de 12h às 14h por falta de abastecimento		
Ativação dos centros de saúde das Agrovilas I e II. As construções estão terminadas, mas não estão em		

funcionamento, o que causa deterioração do patrimônio		
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES		
ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES	
SEMAD	No que tange às questões de regularização ambiental, as reivindicações serão encaminhadas para avaliação da pertinência da respectiva SUPRAM Jequitinhonha.	
	A Subsecretaria de regularização Ambiental se compromete a fazer um detalhamento pormenorizado do status dos licenciamentos das barragens citadas neste relatório, no que for de competência Estadual.	
	A SUFIS – Subsecretaria de Fiscalização Ambiental fará um levantamento das principais demandas ambientais no entorno dos barramentos para que sejam planejadas ações de fiscalização. Neste sentido, haverá um acompanhamento das condicionantes das licenças das barragens já concedidas, pelos Núcleos de Controle Ambiental das respectivas SUPRAMs.	
	A partir de um projeto maior, o IEF, o IGAM, a academia, o Comitê de Bacias e os demais órgãos envolvidos na recuperação, o IEF poderá atuar no fomento de recuperação das áreas identificadas como críticas para o processo de recuperação do Rio Pardo e Rio Jequitinhonha. Ações ligadas ao Cadastro Ambiental Rural – CAR e ao Programa de Recuperação Ambiental – PRA das propriedades delimitadas pela bacia do Rio Pardo e Jequitinhonha, também poderão ser prioritárias nas ações desenvolvidas pelo IEF.	
	IGAM – Planos Diretores de Recursos Hídricos Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Araçuaí – UPGRH JQ2 O Plano Diretor apresenta em seu relatório Final, Volume III, pág. 80, a Ação Programática 10 – Desenvolvimento da agricultura irrigada como projeto estruturante do desenvolvimento sustentável da bacia prevendo como uma de suas metas avaliar no curto prazo (02 anos) as possibilidades de aproveitamento das barragens do Calhauzinho e Setúbal para desenvolvimento da agricultura irrigada na bacia.	

5.4 Informações da visita e da reunião

A Mesa de Diálogo visitou o município de Chapada do Norte, no dia 28/05/2017, no período da manhã, acompanhada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB. A reunião foi realizada no dia 31/05/2017, no Salão comunitário da Agrovila II, ao lado da Escola Municipal Francisca Reis. Estavam presentes no evento aproximadamente 150 pessoas. O MAB solicitou a agenda com as seguintes reivindicações para a Agrovila I: construção de cinco moradias para as famílias não reassentadas, reforma de 15 moradias de famílias reassentadas (casas com rachaduras), falta de água para o consumo humano e para irrigação, colocar a Estação de Tratamento de Água em funcionamento (Copanor), local adequado para plantio, energia elétrica para seis famílias, titulação de terra para 84 famílias, melhorias das estradas de acesso a outros municípios, reforma de sete pontes e cestas básicas para as famílias. Reivindicações para a Agrovila II: reforma das casas (com rachadura) para 30 famílias, água para consumo humano (ativar a Estação de Tratamento de Água) e para irrigação, energia elétrica para 10 famílias, titulação de terras, construção de pontes, manutenção das estradas, construção de igreja, assentamento de mata-burros e disponibilização de cesta básica para as famílias.

Aline, do MAB, informou que as pontes foram construídas em 2009 pela Ruralminas. As construções sobre o Córrego Tamanduá e sobre Córrego Araçá não estão em funcionamento, sendo necessário usar um desvio que passa dentro dos córregos secos. A ponte sobre o Ribeirão do Granjas foi reformada pelos moradores.

A população reivindica, ainda, o funcionamento da Estação de Tratamento de Água, uma vez que as casas já possuem os hidrômetros instalados. Com relação à água retirada das barragens, a população tem acesso a um sachê para tratar a água em casa, mas nem todos utilizam o benefício. Solicitam que o caminhão-pipa volte a funcionar, mas para isso é necessário a troca de pneus.



PONTE QUEBRADA SOBRE O Córrego Tamandua



PONTE QUEBRADA SOBRE O Córrego Araça



TÁBUAS COLOCADAS PELOS MORADORES PARA FAZER A REFORMA DA PONTE – CÔRREGO ARAÇÁ



PONTE REFORMADA PELOS MORADORES - RIBEIRÃO DO GRANJAS



ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA INOPERANTE - AGROVILA II



MATERIAL DETERIORANDO NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA – AGROVILA II



MORADORES CARREGANDO ÁGUA NA CABEÇA



MORADOR BUSCANDO ÁGUA NA BARRAGEM. A ÁGUA TAMBÉM É USADA PARA CONSUMO –
AGROVILA II



HIDRÔMETRO SEM FUNCIONAMENTO NA AGROVILA II



HIDRÔMETRO SEM FUNCIONAMENTO NA AGROVILA II



ESCOLA DA AGROVILA II



CAMINHÃO-PIPA PARADO POR FALTA DE PNEUS



CAMINHÃO-PIPA PARADO POR FALTA DE PNEUS



AGROVILA I



ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DA AGROVILA I



ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA DA AGROVILA I COBERTA POR MATO



ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA. MATERIAL DETERIORANDO



REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO NO DIA 28/05/2017



REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO NO DIA 28/05/2017

5.5 Desdobramentos decorrentes da reunião

- Realizar novas agendas com os atingidos no segundo semestre de 2017 (agosto/setembro).

5.6 Encaminhamentos da reunião

- Reunir com o Movimento dos Atingidos por Barragens para discutir os desdobramentos das reuniões, com base no relatório produzido pela Mesa de Diálogo
- Instalar a “Câmara Setorial MAB” para desenvolver um plano de ação para os conflitos.

5.7 Ações em andamento

Até o momento não existem ações em andamento.

6 UHE ITAPEBI (MUNICÍPIO DE SALTO DA DIVISA)

6.1 Dados Gerais

Nome do empreendimento: UHE Itapebi

Localização: Salto da Divisa

Data do empreendimento: Década de 90

Municípios envolvidos: Itapebi, Itagimirim e Itarantim, no estado da Bahia e Salto da Divisa, no estado de Minas Gerais.

Empresa responsável: Itapebi Geração de Energia

Rio: Jequitinhonha

Nº de atingidos: não quantificado (há necessidade de elaboração do cadastro)

6.2 Entenda o conflito

Em dezembro de 1998 foi realizada licitação pela ANEEL para exploração do aproveitamento hidrelétrico da região de Itapebi. Em julho de 1999, a prefeitura de Salto da Divisa se posiciona formalmente favorável à implantação do empreendimento, em setembro do mesmo ano o IBAMA concede Licença de Instalação para a UHE de Itapebi.

Entre a Licença de Instalação e a Licença de Operação, o Consórcio responsável pelo empreendimento, como medida compensatória, reassenta as famílias desalojadas de suas terras em um bairro criado para este fim, denominado Vila União. As casas, porém, foram construídas em lotes individuais com tamanho reduzido, não permitindo a plantação de hortas e outros produtos aos quais os moradores estavam habituados a cultivar. O local do bairro também apresenta topografia com alta declividade e solo pedregoso.

O IBAMA concede Licença de Operação para a UHE de Itapebi, em dezembro de 2002. A partir daí dá-se início à criação de diversas associações de categorias de trabalhadores da região.

6.3 Principais reivindicações

REIVINDICAÇÕES	ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES
Realizar a construção de novas casas devido às rachaduras ocasionadas pela infiltração desde a elevação do Rio Jequitinhonha com o advento da construção da barragem		
Reformar a lavanderia construída para as lavadeiras não atende a realidade do grupo de 80 mulheres que exerciam a atividade nas lajes do rio. A lavanderia está apresentando enormes rachaduras		
Desassoreamento do Rio Jequitinhonha. O assoreamento foi causado pela construção da UHE Itapebi.		
Ações de proteção à mata ciliar	SEMAD	O IEF pode apoiar as comunidades dentro de seus programas de fomento de recuperação. As ações voltadas ao CAR – Cadastro Ambiental Rural e ao PRA – Programa de Recuperação Ambiental também podem ser priorizadas, aumentando a escala de recuperação.
Monitoramento dos níveis de água do lençol freático nas proximidades do Rio Jequitinhonha		
Controle de plantas aquáticas (Macrófitas) no reservatório ocasionado pela UHE Itapebi		
Ativação da Estação de Tratamento de Esgoto – ETE construída pela empresa		
Melhoria dos projetos de geração de renda que atualmente não se aplicam a realidade da comunidade atingida. A grande maioria dos atingidos tem mais de 60 anos de idade		
Revisão do processo de licenciamento ambiental precisa, pois cumpre de forma parcial as condicionantes e medidas compensatórias/mitigatórias		
Necessidade de fiscalização do IBAMA no que se refere ao cumprimento das medidas		

<p>Julgamento de cerca de 200 processos de reparação dos danos, tramitando na Comarca de Jacinto MG e na Subseção da Justiça Federal em Teófilo Otoni/MG</p>		
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES		
ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES	
SEMAD	<p>O IBAMA é responsável pela regularização ambiental da UHE Itapebi. Portanto, as questões quanto ao assoreamento do Rio Jequitinhonha, se causado pela construção da UHE Itapebi, deverão ser avaliadas por este órgão.</p> <p>A Subsecretaria de regularização Ambiental se compromete a fazer um detalhamento pormenorizado do status dos licenciamentos das barragens citadas neste relatório, no que for de competência Estadual.</p> <p>A SUFIS – Subsecretaria de Fiscalização Ambiental fará um levantamento das principais demandas ambientais no entorno dos barramentos para que sejam planejadas ações de fiscalização. Neste sentido, haverá um acompanhamento das condicionantes das licenças das barragens já concedidas, pelos Núcleos de Controle Ambiental das respectivas SUPRAMs.</p> <p>IGAM – Planos Diretores de Recursos Hídricos Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Médio e Baixo Jequitinhonha – JQ3. O plano de ações terá os seguintes objetivos: propor as intervenções necessárias para a promoção do desenvolvimento sustentável; propor um Modelo de Gestão dos Recursos Hídricos; Desenvolver uma Estrutura Organizacional para implementar o Planos de Ações e criar a capacitação técnica e da sociedade necessária para que o Sistema Estadual de Recursos Hídricos possa funcionar de acordo com a estrutura e o modelo de gestão especificado pela política Estadual de recursos Hídricos, de acordo com a lei Estadual nº 13.199/99.</p>	

6.1 Informações da visita e da reunião

Em visita técnica realizada de 01 a 03 de março de 2016 foi possível verificar a migração de alguns saltenses para a luta pela reforma agrária, com a ocupação da Fazenda Talismã pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST. Foram identificadas cerca de 50 pessoas que, sem perspectiva de geração de renda no meio urbano, estão acampadas às margens do Rio Jequitinhonha - cerca de 10 km da sede do município (Salto da Divisa) – lutando por um pedaço de terra para sobreviver. Algumas casas estavam literalmente caindo e o esgoto da cidade despejado sem nenhum tratamento adequado. O conjunto paisagístico da Cachoeira Tombo da Fumaça, atualmente alagado, foi também abordado pelos moradores: os relatos revelaram a importância cultural da cachoeira, que era um atrativo turístico e também um local importante para a preservação de espécies de peixes da região.

A Estação de Tratamento de Esgoto na parte alta da cidade não funciona. A moradora visitada está com sua casa caindo, em virtude de estar cerca de 80 metros de distância do lago, e estando ao lado do esgoto do hospital, que é despejado no lago sem nenhum tratamento.

Os relatos dos moradores em síntese, revelaram situações de migração de saltenses para os grandes centros urbanos em busca de emprego, residências apresentando enormes rachaduras, doenças relacionadas ao esgoto doenças psicológicas relacionadas à interrupção da geração de renda dos pescadores, das lavadeiras, dos extratores de pedra e de areia, bem como acentuado nível de plantas aquáticas (macrófitas) no lago.



VISITA TÉCNICA - 29/02 A 04/03/2016



VISITA TÉCNICA - 29/02 A 04/03/2016



VISITA TÉCNICA - 29/02 A 04/03/2016



VISITA TÉCNICA - 29/02 A 04/03/2016



REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO NA CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DA DIVISA NO DIA
28/06/2016



REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO NA CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DA DIVISA NO DIA
28/06/2016



REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO NA CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DA DIVISA NO DIA
28/06/2016

6.2 Histórico

2002 – Com o funcionamento da usina, as casas construídas no Bairro Vila União começam a apresentar problemas de rachaduras e outros defeitos estruturais (janelas, canos, etc). De acordo com os moradores, provavelmente, esses problemas ocorreram devido às constantes explosões realizadas para formação do reservatório hídrico. Várias moradias estão visivelmente em situação de risco iminente de desabamento. Além desse problema, após a criação do reservatório, a comunidade perdeu um importante recurso que é a água, que antes se apresentava corrente e com grande utilização pela comunidade e que se tornou imprópria tanto para consumo humano, quanto animal. Não é mais possível continuarem as atividades de pesca, lavação de roupa, extração mineral e dessedentação animal. Também há relatos de aumento de casos de doenças de pele e verminoses.

2011 - São realizadas audiências públicas em Jacinto para discussão da situação das casas danificadas, porém sem resolver a questão.

O juiz federal de Governador Valadares nomeia um perito ambiental para averiguar as denúncias das associações da região.

09/2014 - Foi realizada audiência pública em Salto da Divisa para tratar sobre violações de direitos humanos decorrentes dos impactos referentes à implantação do empreendimento da Usina Hidrelétrica em Itapebi, porém sem a participação da empresa, que não compareceu. O relatório da audiência pública foi enviado à FEAM, ao COPAM, à SEMAD, ao Governo de Minas Gerais, à Presidência da República, ao Conselho Estadual de Assistência Social e à empresa. Também foi encaminhado requerimento à justiça solicitando rapidez no julgamento das ações, de acordo com o GESTA UFMG.

Em março de 2016, técnicos da SEPLAG e SEDPAC, auxiliares da Mesa de Diálogo e Negociação, visitaram a área para averiguação da situação dos atingidos pela implantação da Barragem de Itapebi em 2002, cujos impactos ainda são sofridos pela comunidade. Reunião na câmara Municipal de Salto da Divisa para tratar de questões sociais e econômicas envolvendo os atingidos pela construção da barragem, cujas atividades de pesca, lavagem de roupa e extração de pedra e areia foram prejudicadas. No mesmo mês de março de 2016, foi realizada nova reunião para tratar dos problemas apresentados pelas moradias ofertadas pelo grupo que administra a Usina Hidrelétrica de Itapebi à comunidade atingida de Salto da Divisa, bem como discutir as propostas de programas sociais a serem desenvolvidos pela empresa em benefício da comunidade.

04/2016 - O movimento Mobilização Social de Salto da Divisa encaminha ofício à Secretaria Executiva da Mesa, solicitando uma reunião no âmbito da Mesa de Diálogo e Negociação, a ser realizada em Salto da Divisa, para tratar das questões conflituosas referentes à Barragem de Itapebi.

28/06/2016 – Foi realizada reunião da Mesa de Diálogo na Câmara Municipal de Salto da Divisa com o objetivo de propor alternativas e mediar o conflito. Foram relatados todos os fatos ocorridos desde a construção de barragem em 2002 e tirados encaminhamentos.

13/07/2016 e 28/08/2016 – foram realizadas reuniões nas dependências do IBAMA em Brasília/DF, para tratar as consequências pertinentes à instalação da Usina Hidrelétrica na população local.

6.3 Desdobramentos decorrentes da reunião

- A Mesa de Diálogo oficiará o IBAMA e o Governo da Bahia que a referida estrutura do Governo de Minas Gerais iniciou as tratativas com o condão de solucionar os passivos relacionados à Itapebi
- A Mesa de Diálogo instituirá uma Câmara Setorial para definir a agenda de trabalho e o retorno dos encaminhamentos
- A AGE se reunirá com a Defensoria Pública e o Ministério Público de Minas Gerais para traçar as estratégias na busca da solução para o conflito

O IBAMA, por meio de seu representante (José Alex Portes) marcará a data para a segunda visita do órgão ao Município de Salto da Divisa, mediante convocação dos representantes da Mesa de Diálogo, município e atingidos, e trará as respostas sobre questões técnicas que não foram respondidas, tal como sobre a responsabilidade de revisão do limite de 100 metros estabelecido pela UNB em 2013

6.4 Encaminhamentos da reunião

- Reunir com o Movimento dos Atingidos por Barragens para discutir os desdobramentos das reuniões, com base no relatório produzido pela Mesa de Diálogo
- Instalar a “Câmara Setorial MAB” para desenvolver um plano de ação para os conflitos.

6.5 Ações em andamento

Até o momento não existem ações em andamento.

7 VALE DAS CANCELAS (MUNICÍPIO DE GRÃO MOGOL)

7.1 Dados gerais

Município: Grão Mogol

Nome da ocupação: Fazenda Cancela/Fazenda Rio Rancho – Vale das Cancelas

Movimento(s) social (is): Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB;

Movimento Geraizeiros; Comissão Pastoral da Terra – CPT; Via Campesina; Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas – CAA; Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicional, Grupo de Estudos em Temáticas Ambiental – GESTA/UFMG e Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais

Números famílias: 380 (Fazendas do Grupo Newton Cardoso) 1.805 (Região dos Geraizeiros)

Ano da ocupação: 1983

Data de entrada na reunião da Mesa: 22/12/2015

Possui Ação de Reintegração de Posse? Não

7.2 Entenda o conflito

Em novembro de 2016, 120 famílias atingidas das comunidades geraizeiras de Buriti, Tingui, Córrego do Engenho, São Lourenço e Bonfim Estreito ocuparam uma área da Fazenda Buriti Pequeno, próxima à cabeceira do Córrego São Lourenço, às margens da estrada municipal que liga o Distrito de Vale das Cancelas à sede do município de Grão Mogol (MG) e no entroncamento que dá acesso à barragem da Usina Hidrelétrica de Irapé, como forma de reivindicar a demarcação do seu território tradicional, contra a criminalização das lideranças das comunidades que vivem nesta área e pelos direitos dos atingidos pela Usina Hidrelétrica de Irapé. O acampamento recebeu o nome de Alvimar Ribeiro. A ação, construída pelas famílias, organizadas no Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB e apoiada pela Comissão Pastoral da Terra – CPT, faz parte da Jornada de Lutas pela regularização do Território Tradicional Geraizeiro de Vale das Cancelas. A área engloba terras devolutas do Estado de Minas Gerais, nos municípios de Grão Mogol, Josenópolis e Padre Carvalho e está em conflito entre as comunidades geraizeiras e as empresas de monocultura de eucalipto.

7.3 Principais reivindicações

REIVINDICAÇÕES	ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES
Realizar o cadastramento das famílias		
Contratação de assistentes sociais para atender a comunidade		
Ações para recuperação e preservação das nascentes		
Unificação dos processos judiciais		
Pagamento de indenização pela devastação ambiental causada em toda a área, sobretudo com o assoreamento da barragem do Córrego da Forquilha		
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES		
ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES	
SEMAD	A Subsecretaria de regularização Ambiental se compromete a fazer um detalhamento pormenorizado do status dos licenciamentos das barragens citadas neste relatório, no que for de competência Estadual.	
	A SUFIS – Subsecretaria de Fiscalização Ambiental fará um levantamento das principais demandas ambientais no entorno dos barramentos para que sejam planejadas ações de fiscalização. Neste sentido, haverá um acompanhamento das condicionantes das licenças das barragens já concedidas, pelos Núcleos de Controle Ambiental das respectivas SUPRAMs.	
	<p>IGAM – Planos Diretores de Recursos Hídricos</p> <p>Plano Diretor de Recursos Hídricos da Bacia do Alto Jequitinhonha – JQ1</p> <p>Nos cenários futuros são previstos investimentos importantes em infraestrutura hídrica na bacia do alto Jequitinhonha, além da Barragem de Irapé, um deles é a implantação da barragem Vice-Presidente José Alencar, no Ribeirão Congonhas (que localizará entre os municípios de Grão Mogol e Itacambira), a partir da qual está prevista uma transposição de 2,18 m³/s, para abastecimento humano na Bacia do Rio verde Grande, onde serão beneficiadas a população dos municípios de Montes Claros, Juramento, Francisco Sá, Janaúba, Capitão Enéas, entre outros da região.</p>	

7.4 Histórico

08/2012 – Realização do Oficina Direitos Territoriais, em Matias Cardoso, promovida pela Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais onde foram denunciadas tensões relacionadas aos conflitos territoriais. (Relatório CAA);

02/2012 – 01/2013 – Realização de estudos promovidos pelo Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais/GESTA da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG nos municípios de Grão Mogol, Rio dos Machados, Padre Carvalho e Rio Pardo de Minas para apuração da situação das comunidades geraizeiros. (Relatório CAA)

22/11/2015 – Autodeclaração de demarcação do Território Geraizeiro de Vale das Cancelas, com elaboração de relatório sobre as Oficinas de Autodemarcação do Território Tradicional de Vale das Cancelas, realizadas em 18 de julho de 15 e 23 de agosto/2015. (Relatório CAA)

14/12/2015 – Reunião entre os representantes dos geraizeiros, representantes da empresa Rio Rancho e da PMMG para tratar do conflito agrário entre as partes.

17/12/2015 – O Movimento Geraizeiros e a Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais enviam ao Ministério Público de Minas Gerais e à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA, ofício e documentação a respeito da operação montada pela Suzana Celulose, juntamente com a Fazenda Rio Rancho, para desarticular e intimidar moradores das áreas ditas das empresas

22/12/2015 – Reunião da Mesa de Diálogo com a participação de representantes do Grupo Newton Cardoso e dos movimentos sociais. O grupo propôs montar força tarefa jurídica para tentar legalizar as moradias antigas situadas nas terras das empresas, realizar de georeferenciamento do local e cadastro das famílias; buscar os processos judiciais de ambas as partes; contratação, por parte do grupo, de assistentes sociais, acompanhamentos pelo poder público, o grupo promoverá a recuperação das nascentes, promover a aproximação de outras empresas agrárias da região com os geraizeiros, participação em reuniões governamentais para tratar de conflitos agrários e dos geraizeiros. Será também feita uma Câmara Técnica para discutir esse conflito. Foi sugerida também uma nova reunião a ser feita em janeiro de 2016.

13/01/2016 – Expedição, pelo cartório de imóveis de Grão Mogol, de diversas certidões Imobiliárias relativas aos imóveis do grupo NC.

11/02/2016 – Reunião Técnica, encaminhada em reunião da Mesa de Diálogo e Negociações, realizada no Centro de Agricultura Alternativa – CAA. Foi lida e discutida

a proposta da empresa para o Movimento dos Geraizeiros. Denunciam a degradação ambiental e a grilagem de terras. Foram encaminhadas as seguintes ações: consulta aos demais integrantes sobre proposta da empresa. No dia 11/03 será dada a resposta da consulta e apresentado um laudo antropológico da área; a Secretaria de Desenvolvimento Agrário – SEDA fará o levantamento dominial das terras

26/02/2016 - O representante do Grupo Newton Cardoso envia à Secretaria Executiva da Mesa de Diálogo algumas considerações sobre o conteúdo da ata da reunião da Mesa do dia 22/12/2015.

02/03/2016 - Reunião entre representantes dos geraizeiros e representantes do Grupo Newton Cardoso, realizada no Vale das Cancelas. Foram abordados os demais pontos: Estruturação de escritório jurídico aceito pela comunidade a questão da retirada dos processos contra os diretamente envolvidos e não aceitam serem tratados de forma individualizada, mas sim coletivamente com movimento de luta. A comunidade não irá reconhecer este estudo a não ser para áreas de preservação e proteção de nascentes; o cadastramento das famílias não deve ser realizado pela empresa. O movimento quer a unificação dos processos judiciais e a regularização de todo o território dos geraizeiros; a assistência social deve ser com profissionais contratados pela empresa visando a criação de um vínculo com os moradores e a pacificação do conflito. A preservação e recuperação das nascentes e a retirada das plantações de eucalipto deve estar a uma distância de, pelo menos, 1 km das nascentes e nas estradas vicinais, construídas barriguihas; a aproximação da população nativa com empresários deve ter a interveniência do Ministério Público e outras entidades que apoiam o movimento dos geraizeiros e os empresários devem respeitar a cultura e tradição dos povos que habitam a área por várias décadas.

Solicitam também ao Estado que oriente as empresas no que se refere às leis estaduais e federais e os acordos internacionais de proteção às comunidades tradicionais; as reuniões, seminários ou eventos promovidos pelos geraizeiros, devem ter o foco às questões pleiteadas pelos geraizeiros. Solicitam que a empresa apresente seu cronograma de atuação na região e que esclareça sua relação com as empresas Sul Americana de Metais e a Rio Rancho Agropecuária; nesta reunião foi encaminhado o seguintes: esclarecimentos da proposta de criação do território geraizeiros pertinente às áreas de abrangência das Fazendas Lamarão, Ribeirãozinho e Caiçara (Cutica), de aproximadamente 36.000 hectares; indenização pela empresa

responsável pela Fazenda Rio Rancho pela devastação ambiental causada em toda a área, sobretudo com o assoreamento da barragem do Córrego da Forquilha, devido as voçorocas; destinação de áreas das chapadas para que a comunidade possa criar seu gado e coletar seus produtos extrativistas; ao término da reunião, o movimento reforçou que a comunidade não abrirá mão de seus direitos de pleitear a devolução de uma parte da área de exploração tradicional que foi expropriada pela implantação do agronegócio feito pela Grupo Newton Cardoso e que Território Tradicional de Vales das Cancelas e Cutica seja garantido pela empresa e pelo poder público.

01/04/2016 – Ofício da RURAMINAS para a Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SEAPA, esclarecendo as tratativas do conflito entre os geraizeiros e o Grupo Newton Cardoso (Fazenda Rio Rancho) no âmbito da Mesa de Diálogo e Negociação.

14/04/2016 – Relatório de atividades de serviço externo, elaborado pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agrário – SEDA, encaminhando à Secretaria Executiva da Mesa, contendo descrição sucinta das atividades desenvolvidas pelos técnicos, em 2016, em relação ao conflito agrário Movimento dos Geraizeiros e Grupo Newton Cardoso. Anexos ao relatório, ata da reunião de 02/03 e documentação relativa à comprovação de propriedade cartorial das áreas em questão.

07/04/2017 – Reunião da Mesa de Diálogo e Negociação com a participação de representantes dos movimentos sociais.



REGISTRO FEITO PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA DE MINAS GERAIS E PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS



REGISTRO FEITO PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA DE MINAS GERAIS E PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS



REGISTRO FEITO PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA DE MINAS GERAIS E PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS



REGISTRO FEITO PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA DE MINAS GERAIS E PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS



REGISTRO FEITO PELA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLEIA DE MINAS GERAIS E PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS

7.5 Desdobramentos decorrentes da reunião da Mesa de Diálogo

- Ministério Público oficiará a ALMG para que seja feita Audiência Pública pela Comissão de Direitos Humanos no local da demanda, até no máximo o final de maio.
- Construir agenda entre SEDA e Ministério Público para visitar o local do conflito. Tal visita terá finalidade de levantar os problemas que direcionarão o que será discutido na Audiência Pública. Dr. Afonso Henriques (MP) e Geraldinho (SEDA) serão os pontos focais.
- Enviar ofício ao Comando Geral da Polícia Militar informando que o conflito está em negociação na Mesa de Diálogo e requerer a suspensão para cumprir o Mandado de Reintegração.

7.6 Observações importantes

Essa pauta também fará parte da Câmara Setorial MAB.

-
- Reunir com o Movimento dos Atingidos por Barragens para discutir os desdobramentos das reuniões, com base no relatório produzido pela Mesa de Diálogo
 - Instalar a “Câmara Setorial MAB” para desenvolver um plano de ação para os conflitos.

8 BARRAGEM DE AIMORÉS (MUNICÍPIOS DE RESPLENDOR, ITUETA E AIMORÉS)

8.1 Dados Gerais

Nome do empreendimento: Hidrelétrica Eliezer Batista

Localização: Aimorés

Data do empreendimento: inaugurada em 2006

Municípios envolvidos: Resplendor, Itueta e Aimorés

Empresa responsável: Aliança Geração de Energia S.A

Rio: Rio Doce e Rio Manhuaçu

Nº de atingidos: não quantificado (há necessidade de elaboração do cadastro)

8.2 Entenda o conflito

A construção da Barragem de Aimorés foi iniciada em 2001 por um consórcio formado pela Cemig e a Vale S.A. A UHE está localizada no Médio Rio Doce, próximo da divisa dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Em 2013, o empreendimento foi transferido para a Aliança Geração de Energia S.A, fruto de uma *joint Venture*² das empresas pertencentes ao consórcio.

A área ocupada pela Usina abrange os municípios de Resplendor, Itueta e Aimorés em Minas Gerais, e Baixo Gandu no Espírito Santo. A área alagada é de 2586 hectares e a Usina opera a fio d'água desde sua inauguração, em 2006.

A área urbana do município de Itueta foi completamente alagada pelo lago da usina, ocasionando o deslocamento de aproximadamente 265 casas, além de estabelecimentos comerciais e outros deslocamentos na zona rural. O Rio Doce teve seu curso desviado, o que criou um trecho de vazão reduzida que se estende por toda cidade.

² União de duas ou mais empresas já existentes com objetivo de iniciar uma atividade econômica comum, por um determinado período de tempo e visando, dentre outras motivações, o lucro.

8.3 Principais reivindicações apresentadas na reunião

REIVINDICAÇÕES	ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES
Reconhecimento da condição de atingido e reparação a essas famílias não reconhecidas		
Regularização da titulação de terras da Vila Neitzel e Ocupação Condomínio Itueta para viabilizar participação em programas e projetos sociais		
Elaboração de estudo da qualidade do solo em Itueta que tem ocasionado rachaduras nas casas		
Reforma de 27 casas dos reassentados que apresentaram rachaduras		
Construção de uma ponte de acesso a Itueta		
Construção de área de lazer para Resplendor e na Ocupação Condomínio Itueta		
Melhoria e implementação de sistema de esgoto nas regiões atingidas		
Projetos de geração de emprego e renda para os atingidos pela Barragem de Aimorés, inclusive desenvolvimento de alternativas de trabalho		
Disponibilização de médicos especialistas para o município		
Disponibilização de uma ambulância, uma vez que hoje o município só possui uma para realizar todos os atendimentos		
Reestruturação das estradas vicinais que dificulta o acesso a outras localidades do próprio município e outros		
Sinalização às margens da linha do trem		
Disponibilização de água potável para os moradores de Itueta, Norte de Itueta e Ocupação Condomínio Itueta		

Fornecimento de energia elétrica para as famílias do Condomínio Itueta e reavaliação dos valores exorbitantes das contas das famílias com o mínimo de eletrodomésticos na residência		
Disponibilização de transporte coletivo		
Reativação da estação de trem de Itueta		
Disponibilizar transporte escolar de qualidade para os alunos de Itueta		
Implementar coleta de lixo na Ocupação Condomínio Itueta, uma vez que a comunidade não possui coleta na residência		
Disponibilização de terras agricultáveis e investimento em agricultura, pois não há espaço suficiente para plantações nas casas construídas		
Pavimentação de vias em Resplendor		
Construção de capela velório em Resplendor		
OUTRAS CONTRIBUIÇÕES		
ÓRGÃO	CONTRIBUIÇÕES	

8.4 Informações da visita e da reunião

A Mesa de Diálogo visitou o município de Itueta, no dia 13/09/2017, no período da tarde, acompanhada pelo Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB. A reunião foi realizada no dia 14/09/2017, na quadra poliesportiva da Vila Neitzel. Estavam presentes no evento aproximadamente 79 pessoas. O MAB solicitou a agenda com as seguintes reivindicações: assentamento rural para 100 famílias de Aimorés que não tiveram seus direitos reconhecidos; investimento em iniciativas para gerar emprego e renda na região; solução para abastecimento de água para as famílias atingidas; passagem de moto-niveladora nas estradas de 3 em 3 meses; asfaltamento da estrada principal até a balsa; construção de estruturas de segurança nos cruzamentos com linha férrea como guarita e cancela na passagem da barragem e na antiga Itueta próxima a balsa; construção de ponte para ligar o norte de Itueta ao sul; construção de rede de esgoto em Itueta; conserto de ruas; manutenção e melhoramento das praças já existentes em Resplendor, reparo e reconstrução de casas; construção de usina solar para produção de energia para as famílias atingida; disponibilização de remédios; aumento do número de consultas médicas; disponibilização de médicos especialistas; transporte para encaminhamento de pacientes; instalações de pontos de atendimento médico na zona rural; reativação da estação de trem em Itueta; aumentar o número de transportes coletivos que fazem o percurso da balsa até a sede de Itueta; construir estruturas de lazer para Vila Neitzel, Resplendor e Córrego do Chapéu; construção de centro comunitário de informática com acesso à internet; criação de turmas de EJA, disponibilização de transporte escolar, uniformes e merenda de qualidade; destinação de lotes do Condomínio Itueta para famílias ocupantes e outros lotes de propriedade da prefeitura e do consórcio para atingidos, bem como inclusão dessas famílias em programas habitacionais.



CASA DO REASSENTAMENTO CONSTRUÍDO EM 2005, DESOCUPADA HÁ 02 ANOS POR CONTA DAS RACHADURAS



CASA DO REASSENTAMENTO CONSTRUÍDO EM 2005, DESOCUPADA HÁ 02 ANOS POR CONTA DAS RACHADURAS



OCUPAÇÃO CONDOMÍNIO ITUETA



OCUPAÇÃO CONDOMÍNIO ITUETA – 45 FAMÍLIAS MORAM NO LOCAL OCUPADO SEM ACESSO À ÁGUA, ESGOTO E COLETA DE LIXO



OCUPAÇÃO CONDOMÍNIO ITUETA – 45 FAMÍLIAS MORAM NO LOCAL OCUPADO SEM ACESSO À ÁGUA, ESGOTO E COLETA DE LIXO



CONVERSA COM FAMÍLIAS DA OCUPAÇÃO CONDOMÍNIO ITUETA



COMUNIDADE DO CHAPÉU – NORTE DE ITUETA. CERCA DE 100 FAMÍLIAS MORAM NO LOCAL SEM ESPAÇO PARA AGRICULTURA. BOA PARTE DOS MORADORES TRABALHAVA NAS FAZENDAS VENDIDAS PARA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM OU NA ATIVIDADE PESQUEIRA



REASSENTAMENTO DO SUL DE ITUETA



REUNIÃO DA MESA DE DIÁLOGO NA QUADRA DE ESPORTES DA VILA NEITZEL, NO DIA 14/09/2017



MARGEM DA BARRAGEM DE AIMORÉS

8.5 Desdobramentos decorrentes da reunião

- A Mesa de Diálogo solicitará à Defesa Civil e ao DEA – Departamento de Educação Ambiental uma averiguação do solo para verificar o motivo das rachaduras nas casas
- A Mesa de Diálogo fará uma reunião na Cidade Administrativa com o MAB e Prefeitura Municipal de Itueta para verificar quais pontos podem avançar em conjunto com o Governo de Minas

8.6 Encaminhamentos da reunião

- Reunir com o Movimento dos Atingidos por Barragens para discutir os desdobramentos das reuniões, com base no relatório produzido pela Mesa de Diálogo
- Incluir o conflito na “Câmara Setorial MAB” para desenvolver um plano de ação para os conflitos.

8.7 Ações em andamento

Até o momento não existem ações em andamento.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. A SEAPA solicita maiores informações sobre a demanda de diminuição dos níveis de agrotóxico, no Rio Salinas, liberados pelas empresas Rio Dourado e Natalício, para melhor atuação do IMA. Barragem de Berizal no município de Indaiabira-MG.
2. SEDA sugere conhecer os projetos das PCHs e das UHEs, verificando o que deveria ser executado, o que foi realizado e o que não foi feito e por qual motivo não foi concluído.
3. O SEMAD informa que o IBAMA é responsável pela regularização ambiental da UHE Itapebi. Portanto, as questões relacionadas ao assoreamento do Rio Jequitinhonha, se causado pela construção da UHE Itapebi, deverão ser avaliadas por este órgão.
4. Sugestões da reunião de governo do dia 08/06/17:
 - ✓ Inserir o Governo da Bahia, o DER – Departamento de Estradas e Rodagem e DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas nas próximas agendas
 - ✓ Estudar captação de recursos internacionais com o BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, junto com a equipe da ARI – Assessoria de Relações Internacionais.

10 REFERÊNCIAS

http://www.cemig.com.br/ptbr/A_Cemig_e_o_Futuro/sustentabilidade/nossos_programas/ambientais/Irape/Paginas/grao_mogol.aspx

<http://www.ruralminas.mg.gov.br/banco-de-noticias/168-barragem-de-setubal-e-inaugurada>

<http://www.otempo.com.br/cidades/projeto-%C3%A9-considerado-a-salva%C3%A7%C3%A3o-do-sert%C3%A3o-mineiro-1.829648>

<http://www.ceienergetica.com.br/projetos/>

Diagnóstico do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB das Barragens de Emboque e Granada, em Raul Soares e Abre Campo

<http://www.mabnacional.org.br/noticia/atingidos-vale-das-cancelas-avan-am-processo-retomada-terras-em-gr-mogol>

Dossiê UHE Aimorés, UHE Crenaque e UHE Resplendor – Movimento dos Atingidos por Barragens